

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.541 - SP (2020/0024134-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **CLAUDIO COSTA DE MACEDO**  
**AGRAVANTE** : **NC STORE COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE - SP206946**  
                  **GUILHERME FERREIRA BOTELHO - SP337605**  
**AGRAVADO** : **SHOPPING CENTER IBIRAPUERA S.A**  
**ADVOGADOS** : **DALTER MALLET MONTEIRO DE OLIVEIRA - SP185750**  
                  **ROBERTO BERNARDES DE CARVALHO FILHO - SP196923**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CLAUDIO COSTA DE MACEDO e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CLAUDIO COSTA DE MACEDO e OUTRO, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 14/10/2019, sendo o agravo somente interposto em 05/11/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

# *Superior Tribunal de Justiça*

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente